

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES/ES

GAB08/*Johnatan Maravilha*  
INDICAÇÃO Nº: 340/2022

1C

**JOHNATAN DEPOLLO “MARAVILHA”**, autoridade membro do Poder Legislativo no Município de Linhares/ES, vem respeitosamente perante Vossa *honrosa* presença, apresentar a seguinte Proposição à ser executada pela Casa:

## INDICAÇÃO

# MANUTENÇÃO NA PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA GUANABARA, BAIRRO AVISO

*Com fulcro* no Art. 125, inciso II do Regimento Interno, movida por extrema necessidade social.



## PROPOSIÇÃO

Faz-se necessária tal medida de proposição apresentada, ante aos inúmeros clamores da sociedade para a manutenção da pavimentação da Avenida Guanabara, bairro Aviso, neste Município. Conforme fotos juntadas, há buracos na via, propiciando risco iminente a acidentes ante ao grande fluxo de veículos e pedestres que utilizam a via. Assim sendo, esta autoridade legislativa vem apresentar a seguinte indicação, *data vênia*:

- *Preliminarmente*, destaca-se que a Constituição Federal, em seu Art. 23, inciso I, afirma ser de *competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público*. Cabe destacar que nos termos da Lei n°. 10.257, de 10 de Julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, estando compreendido nos direitos relacionados à infraestrutura urbana. Assim sendo, é possível afirmar que o direito à pavimentação é expressão substancial do preceito de cidades sustentáveis trazido, para o ordenamento jurídico, por meio do Estatuto das Cidades e sua inexorável vinculação à ordem urbanística de claros e ofuscantes contornos constitucionais. Assim sendo, *data vênia*, **sugere-se a MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA GUANABARA, BAIRRO AVISO.**

Nestes termos, **SEGUEM FOTOS EM ANEXO.**  
Solicito vosso deferimento, *honroso* presidente.



## JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária tal medida de proposição apresentada, ante aos inúmeros clamores da sociedade para a manutenção da pavimentação da Avenida Guanabara, bairro Aviso, neste Município. Conforme fotos juntadas, há buracos na via, propiciando risco iminente a acidentes ante ao grande fluxo de veículos e pedestres que utilizam a via.

A Constituição Federal, nossa carta Magna, em seu Art. 23, inciso I, afirma ser de *competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público*. Cabe destacar que nos termos da Lei nº. 10.257, de 10 de Julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, estando compreendido nos direitos relacionados à infraestrutura urbana. Assim sendo, é possível afirmar que o direito à pavimentação é expressão substancial do preceito de cidades sustentáveis trazido, para o ordenamento jurídico, por meio do Estatuto das Cidades e sua inexorável vinculação à ordem urbanística de claros e ofuscantes contornos constitucionais.





4C





5C



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200350038003500340036003A005000

Assinado eletronicamente por **Johnatan Maravilha** em 23/09/2022 10:10

Checksum: **CA174AAA95ECBA09639B2FC08A11613F1EDAB6DDF23FBDEC74D0A1AA1B0117B9**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 3200350038003500340036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

